



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° , DE 2023

(Do Sr. Rogério Correia)

Apresentação: 15/03/2023 12:25:31.477 - CE

REQ n.1/2023

Requer criação de Subcomissão Especial temporária para debater balanço da implementação e impactos da Lei nº 13.415/2017, do “Novo Ensino Médio”, e apontar elementos para reestruturação da política nacional de Ensino Médio no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no Art. 29, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, de Subcomissão Especial temporária para acompanhar e debater balanço da implementação e impactos da Lei nº 13.415/2017, do “Novo Ensino Médio”, e apontar elementos para reestruturação da política nacional de Ensino Médio no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MP) 746/2016, do então Presidente Michel Temer, convertida na Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para implementar mudanças previstas para o “Novo Ensino Médio”. A justificativa era focada em três objetivos: “1) tornar o Ensino Médio mais atrativo aos jovens, permitindo que estes possam escolher itinerários formativos diferenciados; 2) ampliar a oferta de ensino em tempo integral; e 3) aumentar o aspecto profissionalizante do Ensino Médio”¹. À época, uma série de manifestações e ocupações em escolas organizadas por estudantes secundaristas e universitários tomaram o país e se alastraram por mais de mil escolas, contando com suporte e apoio de famílias, trabalhadoras(es) da educação e comunidade escolar se posicionando

¹ https://www.repu.com.br/_files/ugd/9cce30_9f56bb3747ba4e279b23871373193725.pdf



LexEdit
* c d 2 3 6 0 3 7 1 3 7 6 0 0*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 15/03/2023 12:25:31.477 - CE

REQ n.1/2023

contrários à medida. No entanto, o poder público aprovou em menos de 6 meses a conversão da medida provisória em lei. Mas a sociedade seguiu mobilizada e com fortes críticas.

Têm sido expostas as farsas da proposta como o fato de que a carga horária mínima dos estudantes aumenta apenas de 800 para 1.000 horas anuais, ou seja, longe da propaganda de ensino em tempo integral. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, esse modelo cria ainda “ilhas de exclusão”, pois “as unidades que funcionavam em dois turnos passaram a adotar apenas um e restringiram o acesso de estudantes que podem ter dificuldade em estudar, seja por conta do deslocamento, seja porque precisam conciliar os estudos com alguma atividade profissional”². A respeito dos itinerários formativos, carta de mais de 300 entidades educacionais brasileiras apontaram que a necessidade de diminuir o número de disciplinas no Ensino Médio é uma falácia, o que ocorre na verdade é que “criou-se um conjunto de novas disciplinas sob a orientação de institutos e fundações da sociedade civil vinculadas ao capital, enquanto as disciplinas ligadas aos campos científicos, culturais e artísticos tradicionais da docência profissional em nível médio foram eliminadas do currículo”. Sobre o aspecto profissionalizante, apontam uma indução nas escolas públicas de itinerários com baixa complexidade de qualificação profissional e disponibilizado a partir de condições precárias. Além disso, do ponto de vista dos profissionais da educação, há grave desregulamentação da profissão docente ao permitir que disciplinas da educação profissional sejam ministradas por pessoas sem formação docente. “Tudo isso fere a construção de uma formação ampla e articulada aos diversos aspectos que envolvem a docência – ensino, aprendizagem, planejamento pedagógico, gestão democrática e diálogo com a comunidade”.

Tendo em vista a relevância desta política e necessidade da mobilização de representantes do povo, parlamentares, governos e, especialmente, da sociedade civil organizada por meio de um processo participativo e democrático, requeiro a criação de Subcomissão Especial temporária para acompanhar e debater balanço da implementação e impactos da Lei nº 13.415/2017, do “Novo Ensino Médio”, e apontar elementos para reestruturação da política nacional de Ensino Médio no Brasil.

Sala da Comissão, de março de 2023.

Rogério Correia
Deputado Federal PT/MG

²

<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75718-reforma-do-ensino-medio-aumenta-exclusao-nas-escolas>



LexEdit
* c d 2 3 6 0 3 3 7 1 3 7 6 0 0 *